



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 19/08/2019	Caderno: Notícias



Segunda, 19 de Agosto de 2019 - 20:17

## ***TSE decide cassar mandato do governador de Sergipe por abuso de poder político***



Foto: Divulgação / Governo de Sergipe

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) cassou nesta segunda-feira (19) os mandatos do governador de Sergipe, Belivaldo Chagas Silva (PSD), e da vice-governadora, Eliane Aquino Custódio (PT) por abuso de poder político. A decisão ainda cabe recurso.

A Corte entendeu que o gestor utilizou a "máquina pública" do Executivo para favorecer sua candidatura na última eleição.

Segundo ação ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral, Belivaldo teria promovido sua imagem através uso da propaganda institucional e da máquina administrativa do governo de Sergipe.

Conforme a ação, o governador reeleito realizou, próximo a data do pleito, dezenas de assinaturas de ordens de serviço em eventos públicos em municípios sergipanos.

Às vésperas da eleição, o gestor ainda teria usado o programa assistencial "Mão Amiga", antecipado parte do 13º salário dos servidores públicos do estado no mesmo período, reduzido o valor do gás de cozinha e flexibilizado condições de pagamento de ICMS e IPVA para os contribuintes.

O TRE-SE determinou a inelegibilidade do governador por oito anos a contar da data das eleições de 2018. Foram seis votos a um.

Belivaldo tem a opção de recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele poderá permanecer no cargo até decisão final da Corte. Caso o TSE confirme a decisão do TER-SE, serão convocadas novas eleições em Sergipe.

20/08/2019 - 05:00

## Operadoras disputam leilões no Nordeste

Por **Gabriel Vasconcelos**

A Claro tenta furar a hegemonia da Oi na prestação de serviços de telecomunicações para governos do Nordeste. A disputa pelos contratos milionários de telefonia, internet e compartilhamento de dados entre órgãos estaduais começou por Pernambuco e avança na Bahia, os Estados mais ricos da região com licitações abertas. Depois, continuará em Sergipe e na Paraíba, já com leilões previstos.

O movimento mais avançado da Claro ocorre em Pernambuco. O consórcio liderado pela empresa, com participação de Primesys e Smart Network, "ganhou, mas não levou" o mais rentável dos quatro lotes da licitação, relacionado à rede de compartilhamento de dados entre órgãos de governo, equivalente a 90% do negócio.

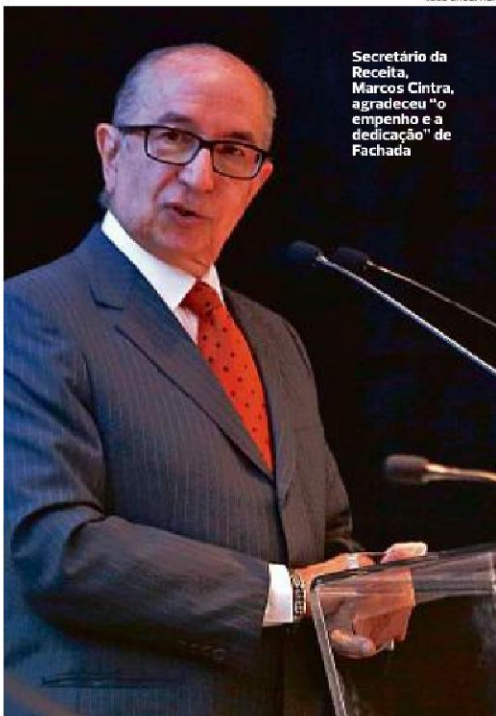
No leilão, em outubro do ano passado, a Claro propôs executar o serviço por R\$ 472,8 milhões, preço R\$ 46 milhões menor que o da Oi, atual prestadora. O resultado, no entanto, permanece sub judice, à espera de uma decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE). Isso está previsto para as próximas semanas, conforme disse ao **Valor** a procuradora-geral do Ministério Público de Contas de Pernambuco, Germana Laureano. Sem detalhar, ela disse ter encaminhado ontem parecer final sobre o caso, que será votado em uma Câmara composta por três conselheiros do Tribunal.

Em dezembro, a procuradora aceitou denúncia anônima que indicava falhas nos comprovantes de capacidade técnica utilizados pela Claro, emitidos pelo Banco do Brasil e pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). O denunciante diz que os serviços alegados pela Claro teriam sido prestados pela Cisco durante a Olimpíada do Rio. A Claro nega e diz que a Cisco apenas forneceu equipamentos, o que foi confirmado pela Cisco em carta anexada ao processo. A denúncia é a mesma de recurso da Oi indeferido pela comissão de licitação.

O **Valor** teve acesso ao processo, tornado público este mês. Nele, consta relatório de auditoria externa de julho, encomendado pelo TCE-PE, que ratifica o resultado da licitação, em favor da Claro. Mas a procuradora informou que "pode divergir" da auditoria técnica. Há um mês, Germana anexou despacho com questionamentos sobre os contratos e notas fiscais entre COI e Claro, dando a entender que não lhe é clara a quantidade de pontos de rede sem fio instalados pela empresa para a Olimpíada. Em resposta, o auditor confirma a dúvida quanto aos quantitativos, mas afirma que os documentos comprovam os serviços aos 52 escritórios por dois anos, contra oito meses exigidos em edital.

Tão acirrada quanto promete ser a disputa por edital na Bahia que, fracionado em cinco lotes, terá contrapartida bem superior ao de Pernambuco, pelo maior número de municípios a serem interligados. O leilão do lote de telefonia fixa e móvel, que pagará até R\$ 139 milhões em cinco anos de contrato, ocorreria hoje no site de licitações do Banco do Brasil, mas foi adiado para 4 de setembro. Os outros quatro lotes ainda não têm preço de referência.

Atual prestadora do serviço, a Oi leva vantagem por alcançar todos os municípios em telefonia fixa. Questionado, o governo da Bahia informou que as demais concorrentes têm a possibilidade de subcontratar prestadores locais, o que é alvo de questionamentos, inclusive da Claro, como apurou o **Valor**. Ambas as empresas confirmaram o interesse nos editais da região.



Secretário da Receita, Marcos Cintra, agradeceu "o empenho e a dedicação" de Fachada

# Mudança na Receita Federal

**Das agências**  
REPORTAGEM  
corredo24horas@redebahia.com.br

## Pressão leva à queda do número 2 do Fisco federal

A Receita Federal anunciou na tarde de ontem, por meio de nota, a saída de João Paulo Ramos Fachada Martins da Silva do cargo de subsecretário-geral do órgão. Ele será substituído pelo auditor fiscal José de Assis Ferraz Neto, que já foi superintendente adjunto da Receita na 4.ª Região – Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Atualmente, ele está lotado em Pernambuco.

"O secretário Especial da Receita Federal, Marcos Cintra, agradece o empenho e a dedicação de João Paulo Ramos Fachada Martins no período em que desempenhou suas atribuições como subsecretário-geral", diz a nota.

A substituição ocorre em um momento de crise institucional no Fisco. Nos últimos dias, Cintra vinha sendo pressionado para demitir seu secretariado, diante de críticas de autoridades dos três Poderes em relação a procedimentos de fiscalização adotados pela Receita. Há a expectativa de que outros subsecretários entreguem seus cargos.

Apesar de Cintra ser o secretário da Receita Federal, na prática, quem comandava a parte operacional do órgão era Fachada. Auditor fiscal, Fachada comandava toda a parte de arrecadação e fiscaliza-

lização do Fisco. Ele ajudou a estruturar a equipe atual do Fisco e participava de discussões sobre a proposta de reforma tributária a ser enviada pelo governo.

O clima no órgão é de insurreição contra a tentativa de interferência política por parte do presidente Jair Bolsonaro e do núcleo próximo a ele. Ontem, os subsecretários do Fisco se reuniram para discutir a crise pela qual passa a Receita. "Entre os subsecretários há uma grande união. Não é difícil imaginar que a queda do Fachada vá se estender para outros", disse uma fonte.

A crise na Receita se agravou no início do mês, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou, em decisão liminar, a suspensão de 133 apurações do Fisco, alegando que havia desvio de finalidade. No grupo de investigados, havia ministros da própria Corte.

A turbulência ameaça inclusive a permanência de Cintra à frente da instituição. Uma das opções na mesa, segundo fontes ouvidas pela reportagem, é mudar toda a estrutura do órgão, transformando a área de fiscalização da Receita em uma autarquia independente, comandada por um funcionário de carreira.

Nessa configuração, Cintra ficaria responsável apenas por tocar as políticas tributárias, em uma secretaria ligada ao Ministério da Economia.

### INTERFERÊNCIA

A demissão do atual subsecretário-geral da Receita Federal ocorre em meio a uma insatisfação de auditores devido a uma suposta interferência política do presidente Jair Bolsonaro dentro do órgão. Nos últimos dias, Bolsonaro deu indicações de que faria mudanças em postos estratégicos tanto na Receita quanto na Polícia Federal.

Ontem à noite, questionado sobre o assunto, o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro não teve participação na troca no cargo. "O presidente conversou com o ministro Paulo Guedes (Economia), mas atribui a responsabilidade pela condução e gestão das equipes de cada um dos órgãos aos respectivos responsáveis. O presidente confia no desempenho e na avaliação de cada dos seus subordinados na avaliação das equipes que transformam e trabalham no entorno de cada um dele", disse.

## Bolsonaro atribui a responsabilidade pela condução e gestão das equipes de cada um dos órgãos aos respectivos responsáveis Otávio Rêgo Barros

Porta-voz da Presidência ao comentar a mudança na Receita Federal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOJUCA**  
CNPJ Nº: 13.896.237/0001-06  
TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2019  
O Município de Jojuca, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica que fará realizar no dia 10 de setembro de 2019 às 08:00h, na Sala da COPEL, localizada na Praça Almirante Vasco Telles, s/nº, Centro, Jojuca-BA, licitação na modalidade Tomada de Preços nº 012/2019 cujo objeto é contratação da empresa de engenharia para execução dos serviços de dimensionamento do Baixo do Carajão no Município de Jojuca - Bahia. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis. Informações: (e-mail: copelmpm@outlook.com). Fone: (71) 3645-1147. Jojuca, 20 de agosto de 2019. WANDERSON ALEX DOS SANTOS SOUZA - Presidente da COPEL.

**SECRETARIA DA SAÚDE** Estado da Bahia  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 514/2019 - ID - 780778 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÕES.  
Abertura: 02/09/2019 às 10h00 (Horário de Brasília-DF). Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza e Higienização (FRALDA) "REGISTRO DE PREÇOS". Família: 85.30. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) e [www.licitacoes-a.com.br](http://www.licitacoes-a.com.br). Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: [fabiola.cordoso@saude.ba.gov.br](mailto:fabiola.cordoso@saude.ba.gov.br), telefone: (71) 3115-4307 / 3119-4340 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min no endereço: 4ª Avenida nº 400 - Plataforma VI, Lado "B", 1º andar, Sala 112, Centro Administrativo da Bahia - C.A.B., Salvador-BA, 18/08/2019, Fabiela Pinheiro Cordeiro - Pregoeira Oficial.

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO** SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL  
**RESULTADO DE LICITAÇÃO HOMOLOGADA**  
A Comissão Setorial Permanente de Licitação - COPEL, atendendo a decisão do Senhor Secretário Municipal da Educação torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da licitação a seguir: MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 016/2019; PROCESSO Nº 2019/2019. OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, visando a eventual reconstrução de muros em Unidades Escolares do Município do Salvador com a tipologia do Projeto Padrão desenvolvido pela SMED, através do Sistema de Registro de Preço, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal.

LICITANTE VENCEDOR	LOTE	VALOR DA PROPOSTA POR M² (R\$)
PAWLON CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.	01 (único)	199,99

Data da adjudicação pela pregoeira e homologação pela autoridade superior: 16/08/2019. Salvador, 16 de agosto de 2019. **Hilaine Santos do Carmo** - Presidente.

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA** GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
**AVISOS DE LICITAÇÕES**  
TOMADAS DE PREÇOS Nº 031/2019 E Nº 032/2019  
TOMADA DE PREÇOS Nº 031/2019  
Tipo: Menor Preço - Abertura: 05/09/2019 às 09h30min. Objeto: Construção de Ponte sobre o Rio Verde, na rodovia BA-678, no município de Mascote, extensão: 45,70 m. Família 07.23.  
TOMADA DE PREÇOS Nº 032/2019.  
Tipo: Menor Preço - Abertura: 05/09/2019 às 14h30min. Objeto: Pavimentação no trecho: Acesso BA-225 - Povoado de Quixabira, no município de Libral, extensão de 1,20 km. Família 07.19.  
Local: Comissão Permanente de Licitação - CPL - SEINFRA, Av. Luiz Viana Filho, nº 440 - 4ª Avenida - Centro Administrativo da Bahia - Prédio Anexo - 1º andar - Ala B, Salvador-Ba. Os interessados poderão obter informações no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12:00h e das 13h30 às 17h30. Maiores esclarecimentos no telefone (71) 3115-2174, no site: [www.infraestrutura.ba.gov.br](http://www.infraestrutura.ba.gov.br) e e-mail: [cp@infra.ba.gov.br](mailto:cp@infra.ba.gov.br). Salvador-BA, 18/08/2019, Alisonaldo Negreiros da Silva/Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ**  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019. AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ torna pública a REPUBLICAÇÃO da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 013/2019, tipo menor preço global, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE BORRACHARIA EM VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, a ser realizada no dia 05 de setembro de 2019, às 11h, na Sala da Comissão Permanente Central de Licitação. Os interessados terão acesso ao Edital e informações adicionais com a CPCL, situada na Praça Coronel Luiz Ventura, nº 16, Centro, São Sebastião do Passé - Bahia, das 08h às 14h - Telefone (71) 3655-8000 e através do site: [www.saosebastiaoepassé.ba.gov.br/publicacoes](http://www.saosebastiaoepassé.ba.gov.br/publicacoes) - Sanderson Angelo Pereira Santos - Pregoeiro.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019. AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ torna pública a REPUBLICAÇÃO da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 014/2019, tipo menor preço global, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, PERTENCENTES A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, a ser realizada no dia 05 de setembro de 2019, às 13h, na Sala da Comissão Permanente Central de Licitação. Os interessados terão acesso ao Edital e informações adicionais com a CPCL, situada na Praça Coronel Luiz Ventura, nº 16, Centro, São Sebastião do Passé - Bahia, das 08h às 14h - Telefone (71) 3655-8000 e através do site: [www.saosebastiaoepassé.ba.gov.br/publicacoes](http://www.saosebastiaoepassé.ba.gov.br/publicacoes) - Sanderson Angelo Pereira Santos - Pregoeiro.  
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ torna pública que abriu Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 004/2019, tipo menor preço global, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 86/99/12014, FIRMADO COM A CASA ECONÔMICA FEDERAL, a ser realizada no dia 06 de setembro de 2019, às 08h, na Sala da Comissão Permanente Central de Licitação. Os interessados terão acesso ao Edital e informações adicionais com a CPCL, situada na Praça Coronel Luiz Ventura, nº 16, Centro, São Sebastião do Passé - Bahia, das 08h às 14h - Telefone (71) 3655-8000 e através do site: [www.saosebastiaoepassé.ba.gov.br/publicacoes](http://www.saosebastiaoepassé.ba.gov.br/publicacoes) - Rosa Avelina Vidal de Menezes - Presidente CPCL.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ torna pública que abriu Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 022/2019, tipo menor preço global, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA, a ser realizada no dia 05 de setembro de 2019, às 08h, na Sala da Comissão Permanente Central de Licitação. Os interessados terão acesso ao Edital e informações adicionais com a CPCL, situada na Praça Coronel Luiz Ventura, nº 16, Centro, São Sebastião do Passé - Bahia, das 08h às 14h - Telefone (71) 3655-8000 e através do site: [www.saosebastiaoepassé.ba.gov.br/publicacoes](http://www.saosebastiaoepassé.ba.gov.br/publicacoes) - Sanderson Angelo Pereira Santos - Pregoeiro.

# Emissão de CPF e restituições do IR podem ser afetados

Sem recursos por conta dos cortes de orçamento que vêm sendo feitos desde o início do ano, a Receita Federal terá de desligar todos os seus sistemas informatizados a partir do dia 25. De acordo com fontes, já circula um aviso interno entre as áreas do órgão informando que, se não forem liberadas mais verbas do orçamento, os sistemas responsáveis por emissão de CPF e processamento de restituições de Imposto de Renda serão desligados, entre outros.

Arrecadação de tributos, emissões de certidões negativas, controle aduaneiro e operações de comércio exterior também serão afetadas, assim como o envio de cartas de cobrança aos devedores do fisco e a disponibilização de recursos aos Fundos de participação de estados e municípios.

A Receita precisa de pelo menos R\$ 300 milhões para manter os sistemas funcionando até o fim do ano. O órgão teve contingenciado 30% de seu orçamento de 2019, de cerca de R\$ 3 bilhões.

Neste ano, o governo contingenciou mais de R\$ 31 bilhões do Orçamento por causa da frustração de arrecadação, resultado da economia mais fraca. A Junta Orçamentária pediu um plano de contingência para os ministros porque a maioria começará a apresentar problemas a partir de setembro ou outubro em decorrência da falta de recursos.

**BANCO CENTRAL**  
O Banco Central, que também já vem tendo suas rotinas afetadas por cortes de custos, sofrerá em 2020 mais um corte de R\$ 20 milhões em suas despesas discricionárias. O recado foi dado em reuniões internas e comunicado aos funcionários.

Em 2019, o contingenciamento já vem sendo feito. A Lei Orçamentária Anual (LOA) previa para o BC um orçamento de R\$ 289,7 milhões em despesas discricionárias, valor que foi reduzido para R\$ 209,6 milhões, e o BC vinha pedindo a recomposição de parte dos recursos. A situação ficará ainda pior com a ida do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para a autoridade orçamentária, o que, segundo fontes, demandará mais recursos.

No dia 8 de agosto, os servidores da autarquia foram surpreendidos por um e-mail em nome da diretora de Administração, Carolina Barros, anunciando que "novos cortes precisarão ser feitos nas despesas do banco para adequá-las aos limites orçamentários informados pelo ME". No mesmo e-mail, a diretora lembra que contratos de secretariado, transporte, energia, água, manutenção predial, segurança, apoio e limpeza já tinham sido ajustados.

**300 milhões de reais é o volume de recursos que a Receita precisa para manter os serviços até o fim do ano**

**30% do orçamento da Receita Federal, de R\$ 3 bilhões, foi contingenciado pela equipe econômica do governo**

## NEGÓCIOS

**POR FLÁVIO OLIVEIRA**



/blogs/farol-economico

# SAUÍPE COLHE FRUTO DO SEU NOVO FOCO

**1B1 de reais é a expectativa de faturamento do grupo Aviva neste ano. O grupo administra os destinos Sauípe e Rio Quente, e o Hot Park.**

O Aviva, grupo que comanda o Costa do Sauípe (BA), Rio Quente (GO) e o Hot Park (GO), registrou recordes de venda e ocupação no mês de julho deste ano ao alcançar receita de R\$ 149 milhões. O número representa um crescimento de 11,4% em relação ao mesmo mês do ano passado e um acréscimo de 265 mil visitantes na mesma base de comparação. Deste total de receitas, R\$ 21,7 milhões vieram de Costa de Sauípe, destino que o grupo assumiu há um ano e meio e que até 2017 acumulou operação deficitária. Para reverter o balanço do complexo baiano, a Aviva iniciou reformas nas instalações hoteleiras e, principalmente, mudou a estratégia do negócio, agora centrada no lazer familiar. Dentro deste novo foco, o grupo lançou produtos, e promoções e anunciou que vai construir em Sauípe um parque aquático utilizando o know how adquirido com o Hot Park. A construção está prevista para começar ainda neste semestre.

### ENTRETENIMENTO

Para o CEO do Aviva, Francisco Costa Neto, ao apostar no entretenimento como diferencial, os destinos se tornam ainda mais atraentes para o público. "Outros fatores que nos ajudaram a atingir esse faturamento foram as combinações de voos extras e provenientes de outras praças para atender, e maximizar o potencial dos resorts e parque que geraram receitas extras. Somado a isso, as experiências proporcionadas não só pela hospedagem e gastronomia, mas por toda programação pensada para o período", conta o executivo. No acumulado do ano, a Aviva já alcançou mais de meio bilhão em faturamento, sendo que a expectativa é a de faturar R\$ 1 bilhão ainda em 2019.

## Contrato de aluguel sem consulta ao SPC

Recém-lançada no estado, a ferramenta Alpop Bahia pretende esquentar o mercado de locação de imóveis. Este segmento tem sofrido com a crise econômica e muitos de seus potenciais clientes estão longe do negócio por estarem inscritos em cadastros de restrição ao crédito – ou, no popular, estão com o 'nome sujo'. A Alpop, focada no aluguel para famílias de baixa renda (até R\$17 mil por mês), oferece a solução na qual o inquilino só precisa apresentar o número de seu CPF. A partir daí, o sistema utilizado pela aplicação faz uma análise de confiabilidade. Ultrapassada esta fase, é agendada uma visita ao imóvel para que o negócio seja fechado. Locador e locatário precisam estar cadastrados no aplicativo, da mesma forma que o imóvel disponibilizado para o aluguel. "Nós não tivemos nenhum caso de inadimplência, então a gente tem reforçado o conceito que o que falta é confiança na população de baixa renda", diz José Azevedo Filho, CEO da Alpop Bahia. Uma pesquisa do Secovi-Ba indica que, em Salvador, 6,8 mil imóveis estão disponíveis para locação.

**Flávio Oliveira** é editor de Economia Negócios e escreve às terças-feiras

**Viva a COMODIDADE. VIVA A praticidade.**

**NO FESTIVAL DE INVERNO BAHIA, ALÉM DE GRANDES NOMES DA MÚSICA, VOCÊ PODE APROVEITAR O MELHOR DA GASTRONOMIA COM BARES E RESTAURANTES ESPALHADOS PELO EVENTO, E COM UMA NOVIDADE, ESSE ANO VOCÊ PODE PAGAR O CONSUMO NOS BARES USANDO O SEU CARTÃO DE CRÉDITO OU DÉBITO DAS BANDEIRAS VISA, MASTER, HIPER, ELO E AMEX.**

**sexta**  
FREJAT, DILSINHO, MACABRE MENDOCINA

**sábado**  
O GRANDE ENCONTRO, IZA, INEZ SANGALO, VITO SANTANA

**domingo**  
RALINHO REIS, WESLEY SAFADÃO, ANITTA

**23 a 25 AGO**

**LOJA OFICIAL BOULEVARD SHOPPING**  
COMPRE TAMBÉM NOS SITES: FESTIVALDEINVERNOBAHIA.COM.BR, EVENTIM.COM.BR

**FESTIVAL DE INVERNO BAHIA 5 ANOS Viva a música**

**PARQUE DE EXPOSIÇÕES | VIT. DA CONQUISTA**  
FIBOFICIAL  
FESTIVALDEINVERNOBAHIA

**REALIZAÇÃO** iContent Jovem Samba

Classificação 12.0. 18 anos incompletos de idade não recomendada. Crianças desacompanhadas. Condições de pagamento em reais, contendo adicional de crédito em função das taxas cambiais no mercado. Apresentar este cartão obrigatório apresentação de documento comprobatório (nome do titular) no endereço informado. Não compareça sem este cartão. Não compareça em locais onde não for permitido. Local: Oásis Festival Complex - Av. Itália, 1000 - Barra da Graça - Salvador - BA. Horário de atendimento: 10h às 18h. Horário de funcionamento: 19h às 01h. Horário de abertura: 20h. Horário de encerramento: 01h. O pagamento com cartão de crédito não é válido. Não compareça em locais onde não for permitido. Não compareça em locais onde não for permitido. Não compareça em locais onde não for permitido.

20/08/2019 - 05:00

## Subsecretário da Receita é demitido

Por Edna Simão, Lu Aiko Otta, Ribamar Oliveira e Marcelo Ribeiro

Em meio à revolta dos fiscais por ameaça de interferência política no órgão, o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, trocou ontem seu número 2 na hierarquia. João Paulo Ramos Fachada Martins da Silva foi substituído por José de Assis Ferraz Neto, que atua na área de fiscalização em Recife.

A Receita não explicou a razão da troca. Fontes no Planalto informaram que, com o movimento, Cintra tentou demonstrar que tem comando sobre o órgão. Seria uma forma de blindar-se contra a fritura que vem sofrendo.

Nos bastidores da Receita, circula a informação que o secretário quer superar a impressão que é uma espécie de "rainha da Inglaterra". Fachada, integrante do grupo do ex-secretário Jorge Rachid, vinha operando na prática como um comandante da máquina. Cintra ficava com a formulação de propostas, como a da reforma tributária. Com a troca, tenta formar uma equipe própria.

No entanto, o clima ontem na Receita era de "panela de pressão", segundo apurou o **Valor**. Após a mudança, técnicos dos escalões mais elevados discutiam uma possível renúncia coletiva, em protesto. "Nossa condição é não ter influência política", informou um integrante. O Planalto estaria pressionando pela troca de comando em postos da Receita no Rio de Janeiro. Entre eles, a aduana no porto de Itaguai.

"Caracterizada influência política, a saída coletiva será questão de vida ou morte", disse o presidente da União Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco) Nacional, Mauro Silva. "Ou fazem isso, ou é o fim da Receita Federal."

Outro motivo de revolta é a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que mandou suspender fiscalizações sobre 133 agentes públicos, inclusive ministros da Casa. Paralelamente, o Tribunal de Contas da União (TCU) requisitou informações sobre fiscalizações da Receita sobre agentes públicos para apurar "indícios de irregularidades".

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco) Nacional, Kleber Cabral, informou que encaminhará até o fim deste mês ao Grupo de Atividade Financeira (Gafi), um organismo internacional ligado à OCDE, um relatório denunciando decisões do ministro Moraes com a convenção das Nações Unidas sobre combate à corrupção e lavagem de dinheiro. O Brasil é signatário desse acordo.

No limite, o Brasil pode ser classificado como "não cooperativo". O que pesará contra a imagem do país perante investidores internacionais.

A entidade convocou para hoje um ato em frente à alfândega do porto de Santos (SP), em repúdio aos "ataques" que a Receita e os auditores vêm sofrendo "por parte de alguns integrantes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União." Também foi convocado para amanhã um "dia nacional de luto" contra o que classificam como "onda de ataques sem precedentes".

A decisão do STF e o pedido do TCU já haviam motivado uma carta aberta de protesto por parte dos fiscais. Fachada, que deixou o cargo ontem, encabeça a lista de cerca de 200 signatários.

"Todos os critérios técnicos foram observados e, estando o agente público no exercício de suas funções, não lhe é permitido legalmente excluir do rol identificado nenhum contribuinte sujeito à fiscalização", diz o documento, a respeito da afirmação do STF que teria havido desvio de finalidade na atuação dos fiscais.

Já em relação à requisição do TCU, o comentário foi mais duro. "O pedido causa estranheza e perplexidade, pois, sem qualquer justificativa aparente, coloca sob suspeição todas as fiscalizações efetuadas pela Receita Federal contra agentes públicos federais nos últimos cinco anos."

O documento foi divulgado antes do episódio noticiado na semana passada: pressões atribuídas ao Palácio do Planalto para trocar o responsável pela fiscalização no porto de Itaguaí (RJ). O auditor José Alex Nóbrega de Oliveira divulgou mensagem em um grupo de aplicativo informando sobre as pressões. Na mensagem aos colegas, Alex informa que a área de Itaguaí sofre forte influência das milícias.

A Receita Federal entrou na mira do presidente Jair Bolsonaro há duas semanas. Segundo informou o **Valor**, Bolsonaro reuniu-se com Cintra para se queixar de fiscalizações sobre integrantes de sua família, entre eles um irmão.

Ele falou também dos fiscais da Receita que atuam no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que produziu um relatório sobre movimentações suspeitas de seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

Houve reclamações ainda contra a chefe do atendimento da Receita na Barra da Tijuca, Adriana Trilles, onde correm os processos da família Bolsonaro. Ela teria compartilhado comentários negativos à atual gestão nas redes sociais.

Veículo: O Estado de S. Paulo	Caderno: Economia
Data: 20/08/2019	



## Metade dos líderes da Câmara é contrária à criação de ‘nova CPMF’

### *Levantamento do ‘Estado’ mostra que 15 das 30 lideranças rejeitam a criação de um tributo sobre meios de pagamento*

Bruno Moura, especial para o Estado, e Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

20 de agosto de 2019 | 05h00

BRASÍLIA - Metade dos líderes da [Câmara dos Deputados](#) rejeita a criação de um novo tributo sobre meios de pagamento, segundo levantamento feito pelo **Estado**. A ideia do secretário especial da [Receita Federal](#), Marcos Cintra, compensaria a perda na arrecadação do governo com a redução da cobrança previdenciária sobre a folha salarial das empresas.

Considerada uma nova [CPMF](#) pelo presidente da Câmara, [Rodrigo Maia](#), a proposta não agrada 15 dos 30 líderes de partidos, incluindo os partidos do chamado Centrão (bloco independente do governo). Ao todo, esses líderes representam 65% da Câmara. Apenas dois líderes, Delegado Waldir (PSL-GO) e Daniel Almeida (PCdoB-BA), se mostraram a favor. Outros dois disseram estar indecisos e 11 não quiseram responder à reportagem.



Plenário da Câmara dos Deputados Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

A ideia de Cintra é que o novo tributo sobre pagamentos seja cobrado não apenas sobre movimentações financeiras – como acontecia com a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) – mas sobre todo o fluxo de pagamento, incidindo sobre entrada e saída de dinheiro da conta, incluindo todos débitos e créditos.

O secretário da Receita tem buscado apoio no empresariado para emplacar a sua proposta de criação do novo tributo, batizado de Contribuição sobre Pagamento (CP). Ele o considera ideal para a cobrança da nova economia digital. Enfrenta, porém, forte resistência de Maia, que patrocina a PEC 45 de reforma tributária do líder do MDB, Baleia Rossi (ler mais abaixo).



Hoje, a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos é de 20%. A alíquota da nova CP seria de 0,4%. A ideia inicial era propor uma alíquota em torno de 0,6%, mas a área econômica tem trabalhado em simulações com uma alíquota mais baixa. O objetivo do governo é que a medida estimule a geração de empregos formais com a diminuição dos encargos sobre a folha.

Líder da maioria e relator da proposta de reforma tributária na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou que não há chances de a matéria ser aprovada pelos deputados. “CPMF nesta Casa não se discute”, afirmou.

Para o líder do PTB, Pedro Lucas Fernandes (MA), essa não é a saída para a simplificação tributária, e há outros pontos a se avançar na reforma.

### **Partido do presidente da Casa é contra**

O DEM, partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, nem sequer considera avaliar a proposta, pois o estatuto da legenda é contra a matéria. Segundo o líder Elmar Nascimento, os 28 deputados do partido são “a favor de toda a pauta tributária, menos a criação de novos impostos”.

O líder do PSOL, Ivan Valente (SP), também é pessoalmente contra a proposta, por ter um efeito cascata prejudicial aos mais pobres do País. O Novo garantiu que dará oito votos contra a matéria.

Autor da PEC 45, Baleia Rossi disse ao **Estado** que existe hoje um clima na sociedade que não é favorável e no próprio Congresso. “Não temos de rechaçar de cara. Entendo que devemos aguardar a chegada do projeto para fazer uma análise com mais profundidade”, diz. Para ele, uma contribuição nos moldes da CPMF tem dificuldade de compreensão por parte da população.

Baleia Rossi ressalta que, pelo apoio que a PEC 45 está recebendo, será possível conseguir avançar em mudanças na tributação sobre o consumo. “É fundamental o diálogo com quem comanda a economia porque essa é uma matéria que terá repercussão grande. Não tem como tocar sem esse diálogo”, diz.

Em outra ponta, o líder do partido do presidente Jair Bolsonaro, Delegado Waldir, acredita que a proposta possa simplificar a vida do empresariado. “Não somos contrários a nada que seja a favor de simplificar a vida do empresário”, afirmou.

O baiano Daniel Almeida, que comanda os oito parlamentares do PCdoB, afirma que possui um grau de simpatia pela proposta, mas a sigla ainda discute a questão internamente. O líder do PSD André de Paula se diz contra a adição de novos tributos, mas quer avaliar a proposta “se for uma boa troca para o contribuinte, concordo”.

## FOLHA DE S.PAULO

# Arrecadação de igrejas quase dobra em oito anos, para R\$ 24,3 bilhões

Crescem doações e número de templos; entidades religiosas tentam manter isenção tributária

## REFORMA TRABALHISTA

Thiago Resende

BRASÍLIA Em oito anos, a arrecadação de igrejas no Brasil praticamente dobrou. A alta é resultado do aumento de entidades religiosas no país e de mais doações, dizimos e ofertas aos templos.

A renda das igrejas subiu de R\$ 13,3 bilhões, em 2006, para R\$ 24,3 bilhões, em 2013, segundo dados da Receita Federal, obtidos pela Lei de Acesso à Informação.

Corrigindo o montante de 2013 pela inflação, seriam quase R\$ 32 bilhões em valores atuais — quase metade do que o governo espera gastar em 2019 com o BPC, benefício assistencial pago a idosos carentes e pessoas com deficiência.

Isso significa uma receita de quase R\$ 88 milhões por dia para entidades religiosas, em valores atualizados.

Em entrevista à *Folha* em abril, o secretário da Receita, Marcos Cintra, disse que até fiéis pagariam impostos sobre o dizimo com a proposta de reforma tributária que discute um tributo sobre movimentações financeiras — nos moldes da extinta CPME.

Base eleitoral do presidente Jair Bolsonaro, as entidades religiosas reagiram, e o governo montou uma operação para negar a possibilidade.

A Receita Federal não cal-

cula o quanto deixa de arrecadar por causa da imunidade tributária a igrejas.

"Elas são imunes. Então, o tributo nem alcança. Se não sei nem como se tributaria essa receita, não tem como saber o que deixou de ser arrecadado", disse o coordenador de previsão e análise do fisco, Marcelo Gomide.

Mas ele informou que a desoneração foi de, pelo menos, R\$ 674 milhões no ano passado na parte previdenciária.

Esses templos não são obrigados a pagar a parcela patronal sobre os salários para a Previdência Social, mas há o desconto em folha para o

INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) nos casos de trabalhadores formais, como secretárias.

Os dados da Receita apontam ainda para um aumento significativo na quantidade de igrejas no Brasil, de 10 mil, em 2006, para 18,5 mil, em 2013. Em 2018, o número subiu para 25 mil. Ainda não há dados disponíveis para a arrecadação mais recente.

Esse, contudo, é o número de entidades religiosas com CNPJ — uma obrigação para todos os templos.

Mas uma grande parcela das igrejas é irregular, sendo irratável pelo fisco.

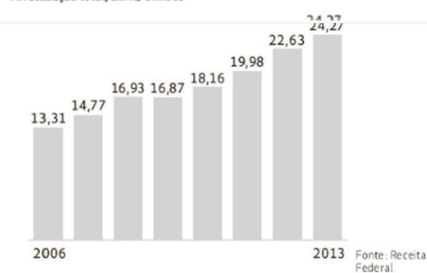
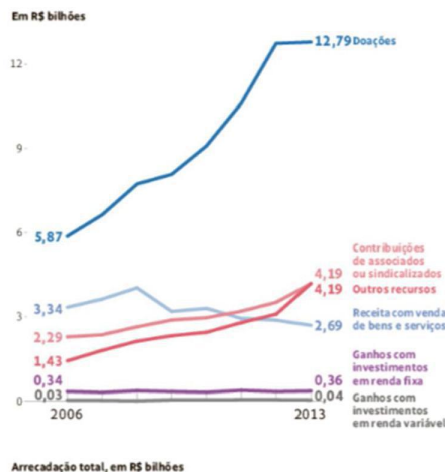
Cadastrada na Receita, a entidade precisa fornecer um documento mostrando a evolução do patrimônio no ano e detalhar isso de acordo com a origem dos recursos.

O balanço, obtido pela *Folha*, mostra que o aumento da arrecadação dos templos veio principalmente das doações e de outras fontes, como alugueis.

Em 2014, as igrejas foram desobrigadas de fornecer essas informações por causa da troca do modelo de prestação de contas à Receita. Um ano depois, essa exigência foi retomada, mas os dados ainda estão sendo compilados.

O fisco reconhece que parte significativa das doações e dizimos é realizada por pagamento em espécie, o que dificul-

## Crescimento da arrecadação das igrejas é de quase 100% em oito anos



Fonte: Receita Federal

**“**  
**A reforma tem como pauta a simplificação tributária. Quem quer simplificar isso no Brasil não vai querer prejudicar ou criar burocracias para prejudicar os templos evangélicos**

**Silas Câmara (PRB-AM)**  
 líder da bancada evangélica na Câmara dos Deputados

ta o controle e a fiscalização.

"Toda declaração é uma informação prestada. É uma informação que a Receita vai receber e que reproduz aquilo que o contribuinte disse. Mas, grosso modo, há uma evolução, um crescimento da arrecadação", afirmou Gomide.

As vésperas de o governo apresentar sua proposta de reforma tributária, a bancada evangélica do Congresso tem se reunido com Bolsonaro e membros da equipe econômica em busca da manutenção das isenções previstas atualmente para os templos.

"Estamos reivindicando a garantia da continuidade da imunidade, que está na Constituição. E, pela nossa representatividade na Câmara, isso [tributação de igrejas] não passaria [em votação no plenário]", disse o líder da bancada, deputado Silas Câmara (PRB-AM).

A bancada reúne quase 200 deputados e senadores.

Em um aceno aos parlamentares, o governo já flexibilizou neste ano normas de prestação de contas a igrejas.

Em uma das medidas, ficam dispensados de CNPJ os estabelecimentos de organizações religiosas que não tenham autonomia administrativa ou que não sejam gestores de orçamento.

No dia 7, líderes evangélicos almoçaram com Bolsonaro e pediram o fim da aplicação de multas a igrejas por parte da Receita Federal.

Os parlamentares alegam que igrejas nos rincões do país não conseguem cumprir as exigências ou mesmo ter um CNPJ.

"A reforma tem como pauta a simplificação tributária. Quem quer simplificar isso no Brasil não vai querer prejudicar ou criar burocracias para prejudicar os templos evangélicos", disse Câmara.

## FOLHA DE S.PAULO

# Na contramão de indicadores financeiros, economistas melhoram expectativa para PIB

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** A estimativa para o crescimento da economia brasileira registrou ligeira melhora na semana passada, de acordo com a pesquisa Focus do Banco Central divulgada nesta segunda (19). O movimento destoou da piora verificada em vários indicadores no período, como câmbio, Bolsa e juros.

A mediana das estimativas (projeção que está no meio da amostra) coletadas para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) passou de 0,81% na pesquisa anterior para 0,83%. É o melhor resultado nos últimos 40 dias e a primeira alta desde que a pesquisa foi divulgada há quatro semanas, quando a projeção estava em 0,82%.

**0,83%**

Previsão de crescimento do PIB em 2019, alta em relação à estimativa anterior de 0,81%

**2,2%**

Expectativa para o PIB de 2020

**3,71%**

Estimativa de inflação para 2019

Para 2020, a projeção passou de 2,1% para 2,2%, retornando ao patamar de 5 de julho.

Os dados detalhados pelo BC mostram que a mediana das estimativas para o PIB deste ano mudou três vezes, para cima e para baixo, de 9 a 16 de agosto, de 0,81% a 0,83%.

Economistas ouvidos pela Folha afirmam não ser possível dizer que há uma tendência de melhora nas expectativas e que o momento é mais de estabilização das projeções em torno desse patamar.

A pesquisa Focus é feita em um sistema cujas projeções são atualizadas pelos próprios participantes. No último dia de apuração, sexta-feira (16), foram coletadas projeções para o PIB de 71 instituições, seis a menos do que na sexta anterior. Um dos moti-

vos para a variação desse número é que o sistema só considera os dados informados nos últimos 30 dias.

Participam do levantamento, principalmente, bancos, gestores de recursos, distribuidoras e corretoras. Há ainda consultorias e outras empresas não financeiras. Como as projeções individuais são sigilosas, não é possível saber qual a estimativa de cada um.

A pesquisa Focus também mostrou queda na mediana das estimativas de inflação para 2019, de 3,76% para 3,71%, e manutenção para 2020 em 3,9%. Para a taxa básica de juros, foram mantidas as estimativas de queda da Selic dos atuais 6% para 5% ao ano até dezembro de 2019 e de aumento para 5,5% ao ano até o final de 2020.

Veículo: O Globo	Online
Data: 20/08/2019	Coluna: Economia

**O GLOBO**

# Gastar mais com salários do que em investimentos prova ineficiência

*Característica de estatais de saneamento é outro forte motivo para privatizações*

Um foco de resistência clássico a privatizações são os funcionários das estatais. Invariavelmente inchadas e com uma política salarial benevolente, as companhias públicas tendem a ser defendidas por corporações que se beneficiam das distorções do estatismo. Afinal, o dinheiro do contribuinte sempre esteve à disposição para sustentar a ineficiência do Estado-empresário.

Mas a crise fiscal tem obrigado a que governantes sejam no mínimo parcimoniosos, porque falta dinheiro. Além disso, assim como a classe política parece ter entendido que a reforma da Previdência é vital, campanhas nacionalistas em defesa de empresas estatais não demonstram ter o poder de mobilização do passado.

O combate à venda de estatais vai ficando circunscrito a grupos ideológicos à esquerda e à direita, aliados a corporações de funcionários, que temem as exigências do mercado privado de trabalho. Mas há problemas que continuarão insolúveis sem a retirada no todo ou em parte do Estado de setores chave. É o que se tenta fazer em grande escala no saneamento básico, e não se consegue. Há agora uma chance preciosa de, por meio de projeto de lei, mudar-se a regulação do setor, para que se ampliem as possibilidades de concessões à iniciativa privada.

Que não se perca esta oportunidade. Não faltam argumentos irrefutáveis para este avanço, além dos casos de sucesso da participação de concessionárias particulares na atividade.

Reportagem do GLOBO de domingo destaca grave distorção que ocorre nessas empresas públicas: costumam privilegiar os gastos com os salários de seus funcionários em vez dos investimentos. A função prioritária dessas companhias tem sido arcar com suas folhas de pagamento, em vez de melhorar a cobertura na captação e tratamento do esgoto, bem como na distribuição de água de boa qualidade. Estudo do Ministério da Economia feito sobre 25 empresas públicas do setor mostra que, somadas, elas gastaram, entre 2010 e 2017, R\$ 68,1 bilhões com a folha de pagamento, R\$ 8,4 bilhões a mais que os R\$ 59,7 bilhões investidos.

Entende-se por que o Brasil, uma das dez economias do mundo, continua a apresentar indicadores indigentes: se 83,5% da população têm acesso à água tratada, o esgoto de 52,3% não é coletado.

Entre os maus exemplos está a Cedae, do Rio de Janeiro: gasta bem mais com salários do que investe em sua operação (em 2017, R\$ 1,1 bilhão em salários e apenas R\$ 163 milhões foram investidos). O resultado é que a cobertura do serviço de esgoto da empresa, no estado que tem o segundo PIB do país, é de apenas 44,84%. Mas políticos e sindicatos resistem a que a questão seja resolvida.

# Tribuna

## Redução de jornada de servidor deve dividir o STF



**A POSSIBILIDADE** de Estados e municípios em crise financeira reduzirem a jornada de trabalho e cortarem o salário de servidores públicos deve dividir o plenário do STF

### ESTADÃO CONTEÚDO

A possibilidade de Estados e municípios em crise financeira reduzirem a jornada de trabalho e cortarem o salário de servidores públicos deve dividir o plenário do STF, segundo apurou o Estadão com integrantes da Corte. A medida é um dos principais pontos que o Supremo vai analisar a partir desta quarta-feira, 21, na retomada do julgamento de oito ações sobre a validade de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A lei foi sancionada em 2000 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Um dos artigos da

lei - que permite reduzir jornada de trabalho e salário de servidores caso o limite de gasto com pessoal de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) seja atingido - foi suspenso de forma unânime pelo STF em 2002. O sinal verde à aplicação dessas medidas dana aos governadores instrumentos para lidar com as dificuldades. Nas contas do Tesouro Nacional, 12 Estados fecharam 2018 gastando mais que o permitido com a folha de pessoal. Com a redução da jornada, os Estados que ultrapassam o limite poderiam economizar até R\$ 38,8 bilhões, conforme revelou o Estado em maio. O relator das ações é o ministro Alexan-

dre de Moraes.

Outro instrumento da lei, também suspenso, é o que permite ao Poder Executivo segurar repasses aos demais poderes quando há frustração de receitas e necessidade de bloquear despesas. Hoje, na prática, Judiciário, Legislativo e Ministério Público dos Estados ficam blindados dos efeitos da crise e acumulam recursos em caixa enquanto falta dinheiro para pagar servidores e outras contas no Executivo. Dentro da Corte, a previsão é a de que a análise do mérito das ações dure ao menos duas sessões plenárias. A crise dos Estados pode influenciar o resultado, segundo dois mi-

nistros ouvidos reservadamente. O debate ganhou força após a União socorrer novamente os governadores em 2016, sem que isso tenha colocado ponto final à crise. Da antiga composição do Supremo que barrou a autorização para redução de salários de servidores, permanecem apenas os ministros Celso de Mello e Marco Aurélio Mello. Para Marco Aurélio, apesar de a crise ter se aprofundado de 2002 para cá, a Constituição segue "a mesma". "Não cabe (reduzir salário). Cabe adotar as medidas previstas na Constituição Federal, ou seja, diminuir o número de funções comissionadas e gratificações".

# Tribuna

Coluna

**ESPLANADA**

LEANDRO MAZZINI

## PEREGRINAÇÃO

Governadores iniciaram peregrinação por gabinetes de senadores para reforçar o pedido de inclusão dos Estados e municípios no texto da PEC paralela da Reforma da Previdência. O discurso dos chefes dos executivos estaduais é o mesmo: as contas estão no vermelho e uma das saídas contra a crise das contas públicas é estender as regras previstas na PEC 6/2019 para os servidores de todos os Estados. Aos governadores que o procuraram nos últimos dias, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, assegurou que o apelo será atendido por meio de proposta de emenda autônoma que deve começar a tramitar no Senado a partir de um destaque apresentado em plenário.

# Tribuna

## Petistas podem votar a favor da Reforma Tributária

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

**A** Comissão Especial da Reforma Tributária (PEC 45/19) reúne-se hoje para debater a proposta com seu respectivo autor, o deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e o diretor do Centro de Cidadania Fiscal, Bernard Appy. O debate atende a pedido de diversos parlamentares. Apresentada em abril deste ano, a PEC simplifica o sistema tributário nacional pela unificação de tributos sobre o consumo. O texto extingue três tributos federais (IPI, PIS e Cofins), o ICMS (estadual) e o ISS (municipal),

todos incidentes sobre o consumo. No lugar deles, serão criados um imposto sobre o valor agregado, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) – de competência dos três entes federativos – e outro, sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal. O texto já foi admitido pela CCJ, e agora precisa ser analisado pela Comissão Especial.

Os petistas, que votaram contra a MP da Liberdade Econômica, devem votar a favor da Reforma Tributária. O deputado federal baiano Nelson Pellegrino (PT) explica o posicionamento. "A gente tem levantado um debate de que o

que prejudica a micro e pequena empresa não são os direitos que pagam ao trabalhador, é a carga tributária que é muito excessiva – principalmente na produção, quando deveria ser na renda. Por isso que estamos propondo a Reforma Tributária, é infraestrutura deficitária, é a falta de mercado e a falta de consumo. Veja que nos governos do PT, quando geramos 20 milhões de empregos com carteira e trabalho assinado, nós colocamos 40 milhões no mercado e melhoramos a renda dos 40 milhões que estavam. E foi isso que nos fez crescer 5% ao ano", declara.

"O problema do Brasil não é o que se paga ao trabalhador. O que se paga ao

trabalhador se reverte em consumo. Consumo movimenta a economia e, inclusive, o setor de serviços. O que não dá é o que se fez, que é um aprofundamento da Reforma Trabalhista. A Reforma precarizou as relações de emprego, temos hoje 13 milhões de desempregados no Brasil e os poucos empregos que foram gerados não foram novos. Foram pessoas que perderam os seus empregos e foram contratadas precariamente. Nós achamos que, nesse aspecto, a legislação flexibilizou a Lei 13.467 (Lei da Reforma Trabalhista) e vai precarizar mais ainda as relações de trabalho".

Em maio, o relator da

da petista na Câmara sobre o tema

reforma, deputado federal baiano João Roma (PRB), apresentou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados seu parecer pela admissibilidade do texto. Em seu relatório, o baiano defendeu que a reforma apresentada não contraria a Constituição e segue critérios técnicos, ou seja, que ela deve ser admitida pela CCJ para ter a análise de seu conteúdo iniciada.

O relator entendeu que o ponto que poderia receber mais questionamentos é a unificação de tributos, que poderia, segundo alguns entendimentos, contrariar a autonomia dos estados e municípios e ferir o pacto

federativo. A proposta acaba com três tributos federais - IPI, PIS e Cofins -, com o ICMS, que é estadual, e com o ISS, municipal. Todos eles incidem sobre o consumo. No lugar deles, é criado o IBS - Imposto sobre Operações com Bens e Serviços, de competência de municípios, estados e União, além de um outro imposto, sobre bens e serviços específicos, esse de competência apenas federal. Mas como o IBS será composto por três alíquotas - federal, estadual e municipal; e União, estados e municípios poderão fixar diferentes valores para a alíquota do IBS, João Roma entendeu que não havia riscos para o pacto federativo.

# Tribuna

## PREVIDÊNCIA E TRIBUTÁRIA

### Reformas devem ser discutidas ao mesmo tempo, diz Tebet



**PRESIDENTE** da CCJ no Senado, Simone Tebet defende que as reformas devem ser debatidas juntas por terem pontos em comum e serem complementares

ALESSANDRA AZEVEDO  
CORREIO BRAZILIENSE

Na semana em que começa o ciclo de audiências públicas sobre a reforma da Previdência, recém-chegada ao Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa se reuniu, nesta segunda-feira (19/8), para debater a reforma tributária. Para a presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS), é importante trabalhar as duas ao mesmo tempo, porque "uma não se

sustenta sem a outra". "Há uma relação muito forte entre ambas as reformas. E a relação não é só econômica, é uma relação também política", explicou Tebet, no início da sessão. Ela pontuou que uma reforma não substitui a outra. "Ao contrário, elas são comuns e complementares. Têm pontos em comum, mas uma complementa a outra", afirmou. Segundo Tebet, a reforma da Previdência tem um "olhar para dentro da máquina pública", enquanto a tributária "tem um olhar para fora, para a

sociedade". No caso das mudanças nas regras de aposentadoria e pensão, o objetivo é conter o déficit, para que o país possa ter recursos necessários para investir em obras de infraestrutura e serviços. Já a urgência da reforma tributária se explica pelo fato de o Brasil ser o país que mais paga impostos no mundo, na proporção pagamento de impostos versus prestação dos serviços públicos por parte do Estado, disse a senadora. "Consequentemente, diante disso, a gente só tem um comentário a

fazer: é urgente que a reforma tributária seja aprovada no Congresso Nacional", reforçou.

A audiência pública na CCJ foi marcada a pedido do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110/2019, uma das reformas tributárias em andamento no Congresso, em fase de discussão na CCJ do Senado. Na Câmara, tramita a PEC 45/2019, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). O governo ainda pretende enviar uma terceira versão.



20/08/2019 - 05:00

# Dívida de 225 mil empregadores com FGTS chega a R\$ 32,1 bilhões

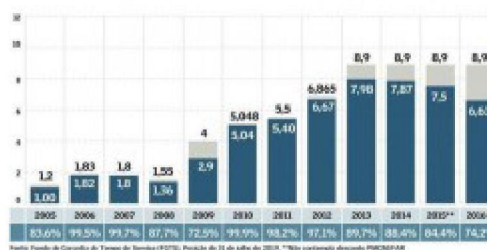
Por Edna Simão

Mais de 225 mil empregadores estão inscritos na dívida ativa da União por não terem realizado depósito nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores. Segundo dados repassados ao **Valor** pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), esse débito chegou a R\$ 32,1 bilhões em junho, afetando 8 milhões de trabalhadores. A equipe econômica estuda formas para ganhar maior eficiência no recebimento de recursos do FGTS pelos empregadores e também na aplicação dos recursos.

O setor de atividades de atendimento hospitalar lidera o ranking dos que mais devem para o FGTS e estão inscritos na dívida ativa (R\$ 1,601 bilhões), seguido por administração pública (R\$ 1,545 bilhão) e fabricação de açúcar em bruto (R\$ 1,122 bilhão). O valor médio da dívida das empresas é de R\$ 143 mil.

## Incentivo crescente

Desconto concedido para compra da casa própria é uma das principais despesas do F



O levantamento mostra que nove devedores possuem mais de R\$ 100 milhões em débitos; 190 têm débitos entre R\$ 15 milhões e R\$ 100 milhões, 4.463, entre R\$ 1 milhão e R\$ 15 milhões; 26.641, entre R\$ 100 mil e R\$ 1 milhão; 55.713, entre R\$ 20 mil e R\$ 100 mil, e 137.427, até R\$ 20 mil.

A dívida dos empregadores está concentrada no setor privado, mas, do total de devedores, 595 são da administração pública. Do débito total, 6,3% do valor inscrito referem-se à administração pública, incluindo todos os entes públicos.

Segundo dados da PGFN, do total da dívida ativa, 5,5% estão parcelados, o equivalente a R\$ 1,7 bilhão. Os parcelamentos envolvem pouco mais de 6 mil devedores ou 2,7% do total de empresas com dívida a título do FGTS. Mais de 70% das empresas com débitos inscritos em dívida ativa a título de FGTS não possuem situação cadastral ativa junto à Receita Federal, sendo que a maior parte delas é considerada inapta ou baixada.

Em 2019, até maio, o total recuperado superou R\$ 161 milhões, melhor resultado histórico para esse período parcial. No ano passado, esse valor, incluindo os resultados da PGFN e da Caixa Econômica Federal, superou R\$ 343 milhões, tendo registrado quantia de R\$ 1,5 bilhão de 2013 a 2018, totalizando mais de 112 mil inscrições em dívida ativa pagas integral ou parcialmente.

Considerando somente os valores recuperados pela PGFN, foram R\$ 213 milhões em 2018, um recorde - no período de 2013 a 2018, o total superou R\$ 860 milhões. Em 2019, até maio, a PGFN registra R\$ 98,6 milhões, maior patamar para o período e 26% acima do recorde anterior (2018).

Para facilitar a cobrança desses débitos, dentre as medidas implementadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com o apoio da Caixa, estão: inclusão das empresas devedoras no chamado Cadin (banco de dados com nomes dos devedores), gerando repercussão negativa de contratação com a administração pública federal; inclusão dos débitos em situação irregular (não parcelados; não garantidos integralmente; não suspensos por decisão judicial) na lista de devedores do sítio da PGFN na internet e no site do FGTS.

A permanência da empresa com débitos inscritos em dívida ativa, em situação irregular, na condição de não possuir certificado de regularidade com o FGTS, implica, por exemplo, não habilitação em licitação promovida por órgão das administrações federal, estadual e municipal, direta, indireta ou fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente por União, Estado e município; não obtenção de empréstimos ou financiamentos realizados com lastro em recursos públicos ou oriundos do FGTS perante quaisquer instituições de crédito; não obtenção de isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão das administrações federal, estadual e municipal, salvo quando destinados para saldar débitos para com o FGTS.

20/08/2019 - 05:00

## Entidades criticam proposta de fusão na AGU

Por **Andrea Jubé**

A Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni) e o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) contestam estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) segundo o qual a fusão das quatro carreiras que integram a Advocacia-Geral da União (AGU) proporcionaria uma economia anual de quase R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. A estimativa, publicada na edição de ontem do **Valor**, foi baseada em levantamento encomendado à FGV pela Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe).

A eventual fusão unificaria as carreiras de advogado da União, procurador da Fazenda Nacional, procurador do Banco Central e procurador federal. Em nota enviada ao **Valor**, a presidente da Anauni, Márcia Bezerra David, e o presidente do Sinprofaz, José Ernane de Souza Brito, afirmam que o estudo esconderia um "pleito corporativo antigo da carreira de procurador federal, que é o de ser admitido nos quadros da AGU sem concurso público".

"Trata-se de uma carreira inchada e com pouco retorno para o Estado brasileiro. A unificação, para eles, é uma proposta que visa garantir sua sobrevivência, especialmente em razão da pressão do governo atual sobre os servidores públicos, demandando cada vez mais resultados e eficiência, sob pena de extinção", diz a nota das duas entidades.

Os presidentes das associações acrescentam que os dados da FGV seriam "exagerados", embora não apresentem outros números para rebatê-los. As duas entidades alegam que estão conduzindo um outro estudo próprio para contestar o levantamento da FGV. "A própria carreira de procurador federal veio de uma unificação que trouxe prejuízo ao erário. Eram várias carreiras menores, de procuradores autárquicos e fundacionais, com remunerações diferentes, mas que do dia pra noite viraram procuradores federais e começaram a ganhar o mesmo salário", complementa a nota.

O estudo da FGV foi entregue ao secretário de Gestão e Desempenho Pessoal, Wagner Lenhart, em resposta ao ofício encaminhado aos ministérios, há um mês, com instruções sobre as propostas de criação ou reestruturação de planos de cargos e carreiras, no âmbito da reforma administrativa.

O presidente da Anafe, Marcelino Rodrigues, procurador da Fazenda Nacional, diz que o objetivo da entidade com o estudo da FGV é que o Ministério da Economia coloque a reforma da AGU como prioridade. Rodrigues ressalta que não haveria aumento de salário com a fusão: a remuneração inicial das quatro carreiras atualmente é de R\$ 21 mil, valendo para todos as mesmas regras de promoção e valores de honorários.

O levantamento da FGV diz que a AGU possui espaços físicos subutilizados, levando ao incremento de despesas com estrutura física. A fragmentação das carreiras também levaria a um conflito institucional, ocasionando a ausência de atuação colaborativa e comportamentos danosos, como deslocamentos desnecessários e atuação descoordenada. A partir de estudos de casos, o cenário mais favorável de economia para a AGU remete ao caso de uma parceria entre a Hungria e a OCDE, em que a reforma organizacional proporcionou economia de 15%. Na hipótese da AGU, a FGV estimou uma economia de R\$ 993 milhões, projetada em um horizonte de reorganizações contínuas.

Segundo Rodrigues, no Amazonas, recentemente, frustrou-se a tentativa de reunir em um mesmo imóvel os procuradores da União e procuradores federais. De acordo com ele, se despachassem no mesmo imóvel, haveria uma economia de R\$ 100 mil ao mês com aluguel de apenas um prédio.